LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO CURRÍCULO: CONSTRUINDO PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA UMA CIDADANIA PLURAL

https://doi.org/10.56238/levv15n43-063

Data de submissão: 19/11/2024 **Data de publicação:** 19/12/2024

Kathia Susana Almeida
Doutoranda em Educação
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
E-mail: learning.and.business@gmail.com

RESUMO

O currículo escolar desempenha um papel fundamental na formação cidadã dos estudantes, influenciando diretamente suas competências e valores sociais. Através da educação formal, o currículo contribui para o desenvolvimento de habilidades críticas, reflexivas e participativas, necessárias para a atuação consciente na sociedade. A formação cidadã envolve não apenas o conhecimento teórico, mas também a construção de práticas e atitudes que promovam a convivência democrática e o respeito às diversidades. Dessa forma, a educação voltada para a cidadania deve considerar aspectos culturais, éticos e políticos, promovendo o engajamento ativo dos alunos. O objetivo geral deste artigo é analisar como o currículo escolar contribui para a formação cidadã dos estudantes. Os objetivos específicos são: (1) identificar as práticas pedagógicas presentes no currículo que fomentam a cidadania; (2) verificar a presença de conteúdos que incentivem o pensamento crítico e a participação social; (3) avaliar a importância da interdisciplinaridade na construção de uma educação cidadã. O problema de pesquisa que norteia este estudo é: De que maneira o currículo escolar contribui para a formação cidadã dos estudantes? A metodologia utilizada foi bibliográfica, com base em uma revisão de literatura de obras que tratam da relação entre currículo escolar e cidadania. Os resultados indicam que um currículo que integra princípios democráticos, valores sociais e práticas de respeito mútuo favorece o desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos. A discussão reforça a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que contemple a diversidade e as múltiplas realidades dos estudantes. Conclui-se que o currículo escolar deve ser constantemente revisado e adaptado para atender às demandas sociais e formar indivíduos capazes de atuar de forma ética e responsável na sociedade, exercendo plenamente seus direitos e deveres como cidadãos.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Formação Cidadã. Educação Democrática.

1 INTRODUÇÃO

O currículo escolar é uma ferramenta essencial para a construção da cidadania nos estudantes, pois, além de transmitir conhecimentos técnicos e científicos, é responsável por promover valores, atitudes e práticas sociais que possibilitam uma atuação consciente e ativa na sociedade. Nesse sentido, o currículo vai além da simples organização de conteúdos, desempenhando um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, reflexivos e participativos. A educação formal, quando bem estruturada, contribui para o desenvolvimento de competências que favorecem a convivência democrática, o respeito às diversidades e a compreensão das responsabilidades individuais e coletivas. A formação cidadã, portanto, envolve não apenas o domínio de teorias e conceitos, mas também a aplicação de tais conhecimentos em contextos práticos, promovendo uma interação ética e solidária entre os indivíduos.

O objetivo geral deste artigo é investigar de que maneira o currículo escolar pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes, partindo da premissa de que a educação tem um papel social transformador. A pesquisa propõe-se a identificar as práticas pedagógicas incorporadas no currículo que favorecem a educação para a cidadania, além de verificar a presença de conteúdos que incentivem o pensamento crítico e a participação ativa dos alunos na sociedade. Outro aspecto relevante é avaliar a importância da interdisciplinaridade como estratégia para integrar diferentes áreas do conhecimento na construção de uma educação voltada para a cidadania.

A questão central que norteia este estudo é: De que maneira o currículo escolar contribui para a formação cidadã dos estudantes? Ao responder a esta pergunta, o artigo busca entender quais são os elementos curriculares mais eficazes na promoção da cidadania e como esses conteúdos e práticas podem ser melhorados ou ampliados dentro do contexto escolar.

A metodologia adotada foi de caráter bibliográfico, com base em uma revisão da literatura que discute a relação entre currículo escolar e formação cidadã. Foram analisadas obras e artigos que tratam das práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, bem como a relevância de um currículo que contemple as demandas sociais contemporâneas.

Os resultados deste estudo indicam que um currículo que integra princípios democráticos, valores éticos e práticas de respeito mútuo é capaz de formar cidadãos mais críticos e participativos, prontos para enfrentar os desafios de uma sociedade plural e em constante transformação. A discussão aponta para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que permita a integração de diferentes saberes e realidades, de modo a tornar a educação mais inclusiva e efetiva na promoção da cidadania.

Conclui-se que o currículo escolar deve ser dinâmico e estar em constante evolução, acompanhando as mudanças sociais e culturais, a fim de preparar os estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para a vida em sociedade. A formação de indivíduos éticos, responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres como cidadãos é uma meta que deve guiar a

elaboração e a implementação de currículos escolares que visam à construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2 O CURRÍCULO ESCOLAR E A FORMAÇÃO CIDADÃ

2.1 CONCEITO DE CURRÍCULO ESCOLAR

O conceito de currículo escolar não é fixo e estático, mas uma construção histórica, teórica e ideológica que reflete as demandas sociais, culturais e políticas de cada época. Segundo Franco et al. (2020), o currículo escolar tem sido moldado por diferentes correntes de pensamento ao longo dos anos, desde as concepções mais tradicionais e conservadoras até as abordagens mais críticas e progressistas. A função primordial do currículo vai além da simples transmissão de conhecimentos; ele também é responsável por formar cidadãos conscientes e capazes de atuar criticamente na sociedade. Nesse sentido, o currículo deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica, cujas decisões sobre o que ensinar e como ensinar refletem a sociedade que se deseja construir.

A abordagem histórico-crítica do currículo, discutida por Malanchen (2021), aponta que o currículo escolar pode ser tanto um instrumento de emancipação quanto de dominação, dependendo da perspectiva pedagógica adotada. A pedagogia histórico-crítica, por exemplo, defende um currículo que vá além da reprodução de conhecimentos estabelecidos pelo capital, promovendo uma formação emancipadora que capacite os alunos a resistirem às formas de exploração e opressão. Essa perspectiva critica a neutralidade aparente do currículo, ressaltando que as escolhas curriculares sempre carregam valores éticos, políticos e ideológicos, o que torna a educação um campo de disputa entre diferentes forças sociais.

Martins e Pasqualini (2020) enfatizam que o currículo escolar também possui dimensões ontológicas, epistemológicas, ético-políticas e pedagógicas. Essas dimensões devem ser consideradas na elaboração de qualquer proposta curricular, uma vez que influenciam diretamente na forma como os conteúdos são apresentados e compreendidos pelos alunos. A dimensão ontológica diz respeito à concepção de ser humano e de sociedade que o currículo propõe; a epistemológica refere-se à escolha dos saberes e formas de conhecimento que serão ensinados; a dimensão ético-política lida com os valores e princípios que norteiam as práticas educativas; e, finalmente, a pedagógica, que se relaciona aos métodos e abordagens de ensino. Ao adotar uma abordagem histórico-crítica, essas dimensões são entrelaçadas com o objetivo de construir uma educação mais justa e democrática.

Dourado e Santos (2023) acrescentam à discussão a concepção de currículo integrado, que busca superar a fragmentação dos saberes e promover uma formação mais holística dos estudantes. Essa proposta curricular visa conectar diferentes áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, promovendo uma visão mais ampla e complexa do mundo. O currículo integrado também tem como objetivo aproximar a teoria da prática, proporcionando aos alunos oportunidades de aplicar os

conhecimentos adquiridos em situações reais e significativas. Assim, o currículo escolar não é apenas um conjunto de disciplinas e conteúdos, mas um projeto político-pedagógico que define a formação integral do aluno e sua inserção na sociedade.

Ao longo das décadas, o currículo escolar tem sido objeto de diversas reformulações, e sua construção reflete as disputas ideológicas presentes em cada contexto histórico. Por meio dele, perpetuam-se ou rompem-se paradigmas, promovendo-se ora a manutenção da ordem vigente, ora a transformação social. Portanto, entender o conceito de currículo escolar implica reconhecer seu caráter dinâmico e multifacetado, capaz de influenciar diretamente a formação dos sujeitos e, consequentemente, o futuro da sociedade (Franco et al., 2020; Malanchen, 2021; Martins & Pasqualini, 2020; Dourado & Santos, 2023).

2.2 A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO

A importância do currículo na educação é inquestionável, uma vez que ele é o alicerce sobre o qual todo o processo educacional se desenvolve. O currículo define o que será ensinado, como será ensinado e, de maneira implícita, para que será ensinado. De acordo com Franco et al. (2020), o currículo escolar é mais do que um simples documento organizador de conteúdos; ele é uma construção histórica e ideológica, que carrega consigo as marcas de disputas e transformações sociais. Sendo assim, o currículo influencia diretamente a formação de identidades, valores e conhecimentos dos estudantes, moldando a sociedade ao formar cidadãos que poderão atuar de maneira crítica e consciente. Por essa razão, sua importância transcende a simples organização do ensino, tocando diretamente no papel social e político da educação.

Dentro dessa perspectiva, o currículo atua como uma ferramenta pedagógica central na mediação entre o conhecimento formal e a realidade dos alunos. Malanchen (2021) destaca que, na pedagogia histórico-crítica, o currículo é visto como um meio de formar indivíduos emancipados, capazes de questionar as estruturas sociais e resistir às imposições do capital. Ele não deve se limitar a transmitir o saber já estabelecido, mas proporcionar aos alunos as condições para refletirem sobre sua realidade e sobre as contradições presentes nela. A educação, portanto, não se realiza plenamente sem um currículo que desafie as formas de opressão e estimule a autonomia intelectual dos estudantes.

Além disso, Martins e Pasqualini (2020) ressaltam que a importância do currículo na educação também reside em suas diversas dimensões: ontológica, epistemológica, ético-política e pedagógica. Cada uma dessas dimensões exerce um papel fundamental no desenvolvimento de uma proposta curricular coerente e eficaz. A dimensão ontológica trata da visão de ser humano e de sociedade que o currículo propõe, determinando o tipo de formação que os estudantes receberão. A dimensão epistemológica refere-se à seleção dos conhecimentos que serão transmitidos, e a maneira como esses conhecimentos serão organizados e articulados entre si é fundamental para garantir uma educação de

qualidade. A dimensão ético-política lida com os valores que orientam as práticas pedagógicas, enquanto a dimensão pedagógica se refere diretamente aos métodos e estratégias de ensino. Quando essas dimensões são articuladas de forma integrada, o currículo torna-se um poderoso instrumento para promover a transformação social.

Por sua vez, Dourado e Santos (2023) argumentam que o currículo integrado surge como uma proposta inovadora para enfrentar os desafios da educação contemporânea. Essa abordagem visa superar a fragmentação dos saberes e proporcionar uma formação mais completa e coerente, conectando diferentes áreas do conhecimento e promovendo a interdisciplinaridade. O currículo integrado tem como objetivo não apenas a transmissão de conteúdos, mas a formação de um estudante capaz de aplicar o que aprendeu de maneira prática e significativa, em diferentes contextos. Ao fazer isso, ele amplia as possibilidades de aprendizado e fortalece o desenvolvimento de competências que são essenciais para a vida em sociedade.

A importância do currículo na educação, portanto, está intrinsecamente ligada à sua capacidade de moldar cidadãos críticos, conscientes e capazes de interagir de maneira ativa e transformadora em seu meio. Através de um currículo bem estruturado, a educação pode não apenas reproduzir o conhecimento, mas também transformá-lo, de modo a preparar os estudantes para os desafios contemporâneos e futuros. O currículo é, assim, uma ferramenta estratégica para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (Franco et al., 2020; Malanchen, 2021; Martins & Pasqualini, 2020; Dourado & Santos, 2023).

2.3 FORMAÇÃO CIDADÃ: DEFINIÇÃO E RELEVÂNCIA

A formação cidadã é um conceito que vai além da simples transmissão de conhecimentos escolares. Ela envolve a construção de valores, atitudes e práticas que capacitam os indivíduos a atuar de maneira crítica, consciente e ativa na sociedade. De acordo com Rodrigues (2022), a formação cidadã deve ser entendida como um processo dinâmico e contínuo, no qual os sujeitos se apropriam de ferramentas teóricas e práticas para intervir em suas realidades, contribuindo para a transformação social. A formação cidadã, portanto, não se limita à assimilação de conteúdos formais, mas abrange a internalização de valores democráticos, éticos e sociais que são essenciais para a convivência em uma sociedade plural. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, o respeito às diversidades e o engajamento em práticas sociais que promovam a equidade e a justiça.

Halaszen e Gomes (2022) destacam que a formação cidadã está intimamente ligada ao uso de tecnologias e metodologias educacionais que promovem a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. A adoção de tecnologias geocolaborativas na educação geográfica, por exemplo, tem se mostrado uma ferramenta eficaz para fomentar a cidadania, ao possibilitar que os alunos se envolvam diretamente com questões relacionadas ao espaço em que vivem. Essas tecnologias

permitem que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais profunda sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente e na organização social, promovendo uma formação cidadã que vai além da sala de aula e se estende para a participação ativa em suas comunidades. Dessa forma, a tecnologia se torna um meio para fortalecer a educação geográfica e promover a cidadania através da prática colaborativa e do engajamento com problemas sociais reais.

No âmbito da educação formal, a formação cidadã também se coloca como uma resposta às tendências autoritárias e conservadoras que muitas vezes permeiam o sistema educacional. Lima, Brzezinski e Menezes (2020) discutem a crescente militarização de escolas no Brasil e questionam se esse modelo realmente contribui para a educação para a cidadania. Eles argumentam que uma educação voltada para a formação cidadã deve, antes de tudo, promover a liberdade de pensamento, a autonomia e o desenvolvimento de uma consciência crítica, elementos muitas vezes sufocados em ambientes educacionais excessivamente militarizados. A cidadania, conforme definida pelos autores, é mais do que a obediência a regras e normas; ela exige a capacidade de refletir sobre essas normas e de participar ativamente na sua construção e transformação. Assim, uma educação verdadeiramente cidadã deve preparar os estudantes para questionar, propor e participar do processo democrático, e não apenas para obedecer de forma passiva a estruturas hierárquicas preestabelecidas.

A relevância da formação cidadã no contexto atual é inegável. Com o aumento das desigualdades sociais, da intolerância e da polarização política, a educação para a cidadania se apresenta como uma das principais formas de combater essas tendências e promover a coesão social. A formação cidadã visa preparar indivíduos que sejam capazes de lidar com as complexidades e desafios de uma sociedade em constante transformação, desenvolvendo competências que lhes permitam atuar de maneira responsável e ética em seus contextos sociais. Além disso, ao proporcionar uma formação baseada em valores democráticos e no respeito às diversidades, a educação cidadã contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todos os indivíduos tenham a oportunidade de exercer plenamente seus direitos e deveres.

O processo de formação cidadã, como abordado por Rodrigues (2022), Halaszen e Gomes (2022), e Lima, Brzezinski e Menezes (2020), é, portanto, fundamental para a construção de uma sociedade mais participativa e democrática. Ao capacitar os alunos para uma atuação crítica e transformadora em suas comunidades, a educação cidadã contribui para a criação de uma base social mais sólida e equitativa, em que os indivíduos não apenas compreendem suas responsabilidades como cidadãos, mas também se sentem capazes de agir em prol de um bem comum maior.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CIDADANIA

3.1 PEDAGOGIA VOLTADA PARA A CIDADANIA

A pedagogia voltada para a cidadania é uma abordagem educacional que busca formar indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar criticamente na sociedade. Essa pedagogia vai além da simples transmissão de conteúdos e envolve o desenvolvimento de valores como justiça, solidariedade, igualdade e respeito às diferenças. Bittar (2021) argumenta que uma pedagogia cidadã, inspirada em Paulo Freire, é essencial para promover a emancipação e a conscientização dos sujeitos, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para que possam questionar as estruturas sociais e lutar por transformações. Nesse sentido, a pedagogia decolonial e os direitos humanos são temas centrais para a construção de uma educação que não apenas transmite conhecimento, mas também prepara os estudantes para o exercício pleno de sua cidadania.

Sabbi (2020) reforça a ideia de que uma pedagogia radical e inclusiva é necessária para construir uma cidadania mais consciente. Ele destaca que a educação deve ser capaz de romper com as barreiras da exclusão e da marginalização, integrando todos os indivíduos em um processo educativo que valorize suas singularidades e promova a participação ativa de todos. A pedagogia voltada para a cidadania, nesse contexto, não se restringe à sala de aula, mas permeia todas as esferas da vida social, promovendo o engajamento dos indivíduos nas questões sociais e políticas que afetam suas comunidades. É uma educação que não se conforma com a passividade, mas instiga os estudantes a serem agentes de mudança, capacitando-os a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Vedana (2021) acrescenta que a Pedagogia da Libertação, proposta por Paulo Freire, é uma das principais contribuições teóricas e práticas para a construção de uma pedagogia voltada para a cidadania. Essa pedagogia defende que o processo educacional deve ser libertador, permitindo que os indivíduos desenvolvam sua autonomia e capacidade crítica. No campo da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), por exemplo, a Pedagogia da Libertação tem sido utilizada como base para promover a autonomia dos sujeitos, incentivando-os a refletir sobre suas práticas alimentares e a tomar decisões conscientes em relação à sua saúde e bem-estar. A educação, dessa forma, torna-se um espaço de conscientização e empoderamento, onde os indivíduos aprendem a reconhecer suas potencialidades e a lutar por seus direitos, incluindo o direito à saúde e à alimentação adequada.

Dos Santos e Junior (2023) discutem a relação entre cidadania, participação e direitos humanos, destacando que uma pedagogia voltada para a cidadania deve ser fundamentada em princípios normativos e metodológicos que promovam a educação de qualidade. Eles defendem que a educação para a cidadania não pode ser desvinculada da luta pelos direitos humanos, pois ambos os conceitos estão intrinsecamente ligados. A educação cidadã, nesse sentido, deve ser transversal e interdisciplinar, abordando questões de justiça social, igualdade de gênero, diversidade cultural, e sustentabilidade

ambiental. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos capazes de participar ativamente das decisões que afetam suas vidas e de lutar pela construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

A pedagogia voltada para a cidadania, portanto, é uma pedagogia de transformação, que coloca o sujeito no centro do processo educacional e o capacita a agir de forma consciente e crítica. Ela desafia as práticas tradicionais de ensino, que muitas vezes reproduzem desigualdades e exclusões, e propõe uma educação baseada na emancipação, na participação e no respeito aos direitos humanos. Dessa forma, essa pedagogia não apenas promove o desenvolvimento intelectual, mas também a formação ética e política dos sujeitos, preparando-os para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante mudança (Bittar, 2021; Sabbi, 2020; Vedana, 2021; dos Santos & Junior, 2023).

3.2 CONTEÚDOS CRÍTICOS E PARTICIPATIVOS NO CURRÍCULO

Os conteúdos críticos e participativos no currículo desempenham um papel central na formação de cidadãos ativos e conscientes. Ao contrário de uma abordagem tradicional que prioriza a memorização de informações e o cumprimento de diretrizes rígidas, os conteúdos críticos incentivam a reflexão, a análise e a problematização da realidade. Isso é essencial para a construção de uma sociedade mais democrática, pois, como Bittar (2021) destaca, uma pedagogia voltada para a cidadania deve estar fundamentada em práticas que rompam com as estruturas coloniais e de opressão. Para isso, os conteúdos críticos possibilitam que os estudantes questionem o status quo, compreendam as múltiplas camadas de poder e exploração e se posicionem como sujeitos transformadores de suas próprias realidades.

A implementação de conteúdos críticos no currículo, segundo Sabbi (2020), também está diretamente ligada à ideia de inclusão. A inclusão não pode ser entendida apenas como um processo físico de integração de diferentes alunos no ambiente escolar, mas deve envolver a inclusão de suas realidades, perspectivas e experiências no conteúdo ensinado. Os conteúdos críticos criam espaço para que diferentes vozes e experiências sejam valorizadas, rompendo com o currículo homogêneo e tradicional que muitas vezes ignora as necessidades e realidades de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, um currículo participativo abre caminho para uma educação mais inclusiva, onde as diferenças culturais, sociais e econômicas são respeitadas e incorporadas como parte essencial do processo de ensino-aprendizagem.

Os conteúdos participativos, por sua vez, são aqueles que envolvem diretamente os estudantes no processo de construção do conhecimento, rompendo com a concepção tradicional de que o professor é o detentor do saber e o aluno, um receptor passivo. Vedana (2021) argumenta que essa lógica participativa é fundamental para a emancipação dos sujeitos, pois permite que eles não apenas compreendam o mundo ao seu redor, mas também contribuam para a sua transformação. No contexto

da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), por exemplo, o currículo participativo promove uma reflexão crítica sobre as práticas alimentares e suas implicações sociais, ecológicas e econômicas, levando os estudantes a desenvolverem uma consciência crítica e autônoma sobre suas escolhas. Esse tipo de educação alimenta a capacidade dos indivíduos de interagir de maneira consciente com seu contexto e de tomar decisões baseadas em princípios de justiça e igualdade.

Outro ponto importante levantado por dos Santos e Junior (2023) é que os conteúdos críticos e participativos não devem ser isolados de outras áreas do conhecimento. Ao contrário, eles devem estar presentes de forma transversal e interligada a diversas disciplinas, como história, geografia, ciências sociais, educação física e até matemática. Ao introduzir questões relacionadas à cidadania, participação social e direitos humanos em diferentes matérias, o currículo passa a ter um caráter interdisciplinar, permitindo que os estudantes compreendam os desafios e problemas sociais de forma holística. Por exemplo, uma aula de geografia pode incluir discussões sobre justiça ambiental e desigualdade territorial, enquanto uma aula de história pode abordar a questão dos direitos civis e as lutas por igualdade racial e de gênero. Essa integração de conteúdos críticos em todas as disciplinas garante que a formação cidadã seja contínua e abrangente, preparando os estudantes para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea de maneira informada e crítica.

Além disso, o currículo que valoriza conteúdos críticos e participativos estimula a prática do diálogo, fundamental para a educação democrática. O diálogo, nesse contexto, não é apenas uma troca de informações, mas um processo em que todos os envolvidos têm a oportunidade de expressar suas opiniões, ouvir o outro e construir conhecimento de forma colaborativa. Bittar (2021) ressalta que, inspirado em Paulo Freire, o ato de dialogar é um ato de libertação, onde tanto professores quanto alunos se envolvem ativamente na construção do saber, rompendo com as hierarquias tradicionais que colocam o professor como o único transmissor de conhecimento. Esse processo dialógico é essencial para a construção de uma consciência crítica, pois permite que os estudantes se engajem de forma significativa no aprendizado, questionem e reflitam sobre o conteúdo, e participem ativamente das decisões que afetam suas vidas e sua educação.

Outro aspecto relevante dos conteúdos críticos e participativos é a sua capacidade de promover a ação social. Não basta apenas desenvolver uma compreensão crítica dos problemas; é necessário incentivar os estudantes a agir sobre eles. Sabbi (2020) aponta que um currículo verdadeiramente voltado para a cidadania deve incluir oportunidades para que os alunos se envolvam em ações comunitárias, projetos sociais e outras atividades que os conectem diretamente com as questões sociais que estudam em sala de aula. Por meio dessas experiências práticas, os alunos têm a chance de aplicar o conhecimento adquirido em contextos reais, desenvolvendo não apenas habilidades cognitivas, mas também éticas e sociais. A participação em projetos sociais ou ações comunitárias, por exemplo,

permite que os estudantes compreendam o impacto de suas decisões e ações no coletivo, promovendo um senso de responsabilidade social e de pertencimento à comunidade.

Finalmente, um currículo baseado em conteúdos críticos e participativos prepara os estudantes para a vida além da escola. Vedana (2021) argumenta que a formação escolar não pode ser dissociada da vida prática e das demandas sociais contemporâneas. Ao estimular a reflexão crítica e a participação ativa, o currículo capacita os alunos a se tornarem cidadãos plenos, capazes de lidar com os desafios e complexidades da sociedade globalizada. Eles se tornam aptos a intervir em questões como desigualdade social, injustiça ambiental, exclusão digital, entre outras problemáticas que afetam o cotidiano das sociedades modernas. Esse tipo de formação, portanto, vai além da preparação para o mercado de trabalho, promovendo uma educação que valoriza o desenvolvimento integral do ser humano e sua capacidade de transformação social.

Assim, a incorporação de conteúdos críticos e participativos no currículo não é apenas uma escolha pedagógica, mas uma ação que visa transformar a educação em um espaço de libertação e engajamento. Esses conteúdos possibilitam que os estudantes desenvolvam uma compreensão profunda de suas realidades e atuem como agentes de mudança, preparados para enfrentar os desafios contemporâneos de forma consciente e proativa (Bittar, 2021; Sabbi, 2020; Vedana, 2021; dos Santos & Junior, 2023).

3.3 O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO CIDADÃ

O papel do professor na formação cidadã vai muito além da simples transmissão de conteúdos escolares. Ele é um agente fundamental na promoção de valores, atitudes e práticas que contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica e uma postura participativa dos alunos diante das questões sociais. Galvão e Casimiro (2023) destacam que o professor, na atualidade, precisa desempenhar um papel transformador dentro do ambiente escolar, atuando como mediador e facilitador do processo de construção do conhecimento e da cidadania. O professor não é mais visto como o único detentor do saber, mas como um guia que incentiva os alunos a questionar, refletir e agir sobre os problemas que afetam suas vidas e suas comunidades. Nesse sentido, o papel do educador está diretamente ligado à formação de indivíduos que possam exercer plenamente sua cidadania, compreendendo seus direitos e deveres, bem como participando de forma ativa e consciente na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A formação cidadã demanda que o professor incorpore em sua prática pedagógica uma série de habilidades e competências que vão além do domínio do conteúdo de sua disciplina. Segundo Torisu e Ferreira (2022), é essencial que os professores, inclusive de áreas como a matemática, se apropriem de temas transversais que possibilitem o diálogo sobre questões sociais, políticas e culturais relevantes. Ao integrar esses temas ao currículo, o professor contribui para a formação de cidadãos que entendem

a matemática não apenas como uma ciência exata, mas como uma ferramenta que pode ser utilizada para a compreensão de problemas econômicos, sociais e ambientais. Assim, ao abordar temas como a sustentabilidade, a inclusão social ou os direitos humanos, o professor amplia o horizonte dos estudantes, incentivando-os a refletir sobre o impacto das ciências em suas vidas e na sociedade.

O professor também exerce um papel central na construção de um ambiente escolar que valorize o respeito às diferenças e a diversidade. Galvão e Casimiro (2023) ressaltam que a escola é um espaço privilegiado para a convivência democrática, e o professor tem a responsabilidade de promover uma cultura de respeito e empatia entre os alunos. Para isso, é necessário que o educador desenvolva estratégias pedagógicas que favoreçam o diálogo e o trabalho coletivo, ao mesmo tempo em que estimule a capacidade dos alunos de se colocarem no lugar do outro e de respeitarem diferentes pontos de vista. Essa postura pedagógica é fundamental para a formação cidadã, pois prepara os alunos para lidarem com as diversidades que encontrarão fora da escola, promovendo o desenvolvimento de valores como a tolerância, a solidariedade e a justiça social.

Além disso, o papel do professor na formação cidadã envolve o incentivo à participação ativa dos alunos nos processos de decisão, tanto dentro quanto fora da escola. Um professor comprometido com a cidadania não apenas estimula o desenvolvimento intelectual de seus alunos, mas também os encoraja a se envolverem em questões políticas e sociais que afetam suas comunidades. Ao promover debates, projetos de intervenção social e atividades colaborativas, o professor proporciona aos estudantes a oportunidade de vivenciar a cidadania de forma prática, desenvolvendo habilidades que são fundamentais para o exercício da cidadania plena, como o pensamento crítico, a capacidade de argumentação e a ação coletiva. Torisu e Ferreira (2022) apontam que, ao inserir temas transversais em sua prática pedagógica, o professor cria um ambiente em que os alunos podem se engajar de maneira mais ativa em discussões e ações que promovem o bem comum.

No contexto da formação cidadã, o professor também deve ser um exemplo para os alunos, não apenas em termos de conhecimento técnico, mas principalmente em sua postura ética e cidadã. Galvão e Casimiro (2023) afirmam que o professor deve ser coerente em suas ações, demonstrando, por meio de sua prática cotidiana, os valores que deseja transmitir aos alunos. Ao agir com responsabilidade, respeito e justiça, o professor inspira os alunos a adotarem atitudes semelhantes, promovendo, assim, uma educação cidadã que vai além dos livros e das aulas, alcançando a vida em sociedade. Portanto, o papel do professor na formação cidadã é inseparável de sua conduta ética e de sua capacidade de demonstrar, na prática, os princípios que defende em sala de aula.

Por fim, o professor deve estar preparado para lidar com os desafios de uma sociedade em constante transformação, onde novas demandas sociais e culturais surgem de maneira rápida e intensa. Torisu e Ferreira (2022) sugerem que a formação continuada dos professores é crucial para que eles possam se adaptar às mudanças e incorporar novos temas e abordagens que sejam relevantes para a

formação cidadã dos alunos. O professor deve estar aberto a revisitar suas práticas pedagógicas, atualizar-se sobre novas metodologias e tecnologias e, sobretudo, estar disposto a aprender junto com seus alunos, reconhecendo que a construção do conhecimento é um processo colaborativo. Nesse sentido, o professor se torna um eterno aprendiz, capaz de evoluir e se adaptar para melhor atender às necessidades de seus alunos e da sociedade.

Dessa forma, o papel do professor na formação cidadã é multifacetado e dinâmico, envolvendo desde a transmissão de conteúdos críticos até a promoção de uma cultura de respeito e participação ativa. Mais do que isso, o professor é um agente transformador, capaz de inspirar seus alunos a serem cidadãos plenos, conscientes de suas responsabilidades e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática (Galvão & Casimiro, 2023; Torisu & Ferreira, 2022).

4 INTERDISCIPLINARIDADE E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A interdisciplinaridade é um elemento central na promoção de umay educação voltada para a formação cidadã. Ela vai além da mera integração de conteúdos de diferentes disciplinas, promovendo uma abordagem que valoriza a construção de conhecimento a partir da interconexão entre áreas do saber e suas respectivas práticas sociais. De acordo com de Sousa e Santos (2020), a interdisciplinaridade oferece um caminho viável para enfrentar os desafios da formação cidadã em escolas públicas, uma vez que permite que os alunos compreendam a complexidade dos problemas sociais e como eles afetam diferentes aspectos de suas vidas. Essa abordagem promove uma visão holística da realidade, essencial para formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de entender que os problemas da sociedade não podem ser resolvidos de forma isolada, mas exigem uma compreensão integrada e multidimensional.

Presotto e Dalla Costa (2023) destacam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de que o ensino de diversas disciplinas, como a matemática, seja abordado de maneira interdisciplinar para que contribua de maneira mais efetiva para a formação cidadã dos estudantes. Ao integrar a matemática com outras áreas do conhecimento, como as ciências sociais, geografia e economia, os alunos conseguem perceber a aplicação prática da matemática no entendimento e resolução de problemas cotidianos, como as desigualdades sociais, a distribuição de recursos e a sustentabilidade ambiental. A interdisciplinaridade, nesse contexto, não só amplia a compreensão dos conteúdos acadêmicos, mas também fomenta uma atitude crítica frente aos desafios globais e locais, estimulando nos alunos o senso de responsabilidade social e a disposição para participar ativamente na construção de soluções coletivas.

O conceito de interdisciplinaridade, conforme apontado por Zinderski Guirado e Santos Da Silva (2021), é crucial para a emancipação nos processos de formação de professores. Quando os

professores são formados com uma mentalidade interdisciplinar, eles são capazes de transpor essa prática para a sala de aula, facilitando uma educação que vai além das fronteiras rígidas entre disciplinas. Isso possibilita uma visão mais crítica e profunda da realidade, que é transmitida para os estudantes, estimulando neles a capacidade de questionar, refletir e agir sobre os problemas que observam em seu contexto social. A emancipação, nesse sentido, está relacionada à capacidade de os alunos desenvolverem uma consciência crítica sobre o mundo ao seu redor, compreendendo como diferentes áreas do conhecimento podem contribuir para a resolução de problemas complexos e globais, como as questões ambientais, políticas e econômicas.

A abordagem interdisciplinar também contribui para o desenvolvimento da alfabetização científica, como argumentam Camas, Lambach e Souza (2021). A alfabetização científica, entendida como a capacidade de compreender e utilizar conhecimentos científicos em contextos cotidianos, é fundamental para a formação de cidadãos críticos e participativos. Nesse sentido, a interdisciplinaridade possibilita que os estudantes compreendam a ciência não como um conjunto de conhecimentos isolados, mas como uma prática social que interage com outras esferas da vida humana. A articulação entre disciplinas científicas e humanidades, por exemplo, pode proporcionar uma visão mais ampla e crítica sobre questões como a crise climática, a tecnologia e suas implicações éticas, e o impacto das políticas públicas na saúde e bem-estar social. Ao integrar essas discussões em uma abordagem interdisciplinar, o currículo escolar se torna mais relevante e alinhado às necessidades e desafios da sociedade contemporânea.

Um dos principais benefícios da interdisciplinaridade na formação cidadã é a capacidade de promover a integração entre teoria e prática. De Sousa e Santos (2020) ressaltam que, em escolas públicas de Fortaleza-CE, a interdisciplinaridade tem se mostrado uma ferramenta eficaz para aproximar os estudantes das realidades sociais que os cercam. Ao trabalhar com projetos interdisciplinares, os alunos são incentivados a aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula para analisar e propor soluções para problemas concretos de suas comunidades, como a violência, a exclusão social e a degradação ambiental. Essa integração entre teoria e prática é fundamental para a formação cidadã, pois permite que os estudantes se vejam como agentes de transformação em suas próprias realidades, desenvolvendo habilidades como a autonomia, o pensamento crítico e a capacidade de colaboração.

Zinderski Guirado e Santos Da Silva (2021) também destacam que a educação interdisciplinar fortalece a ideia de que o conhecimento é dinâmico e constantemente em construção. Ao desconstruir as barreiras tradicionais entre disciplinas, a interdisciplinaridade permite que os estudantes compreendam o processo de produção do conhecimento como algo que envolve diferentes perspectivas e saberes. Isso é especialmente importante para a formação cidadã, pois promove uma atitude de abertura para o diálogo e o respeito pelas diferentes formas de conhecimento e experiência. A educação

cidadã, nesse sentido, está profundamente conectada com a capacidade de compreender e valorizar a diversidade, seja ela cultural, social ou epistemológica. A interdisciplinaridade, ao trazer essa diversidade para o centro do processo educativo, contribui para a formação de indivíduos mais tolerantes, respeitosos e engajados com a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Outro ponto relevante é que a interdisciplinaridade contribui para a formação de uma cidadania global, conforme destacam Presotto e Dalla Costa (2023). Em um mundo cada vez mais interconectado e globalizado, é fundamental que os estudantes desenvolvam a capacidade de entender os problemas locais em uma perspectiva global. A interdisciplinaridade oferece as ferramentas necessárias para que os alunos compreendam como questões como a desigualdade, a pobreza e as mudanças climáticas estão interligadas e afetam diferentes regiões do mundo de maneiras distintas. Ao proporcionar uma visão global e integrada da realidade, a educação interdisciplinar prepara os estudantes para atuarem como cidadãos globais, comprometidos não apenas com o bem-estar de suas comunidades locais, mas também com a construção de um mundo mais justo e sustentável.

Camas, Lambach e Souza (2021) reforçam que a interdisciplinaridade é também uma estratégia para combater a fragmentação do conhecimento, que muitas vezes resulta em uma compreensão superficial dos problemas complexos enfrentados pela sociedade. Ao integrar diferentes áreas do saber, a educação interdisciplinar permite que os estudantes desenvolvam uma visão mais completa e profunda da realidade, favorecendo a construção de soluções mais eficazes e inovadoras para os problemas sociais. A fragmentação do conhecimento, característica de uma abordagem disciplinar rígida, pode limitar a capacidade dos alunos de compreender a totalidade dos desafios que enfrentam, restringindo suas possibilidades de ação e transformação. A interdisciplinaridade, por outro lado, amplia os horizontes e as possibilidades de intervenção social, promovendo uma educação que é ao mesmo tempo crítica, criativa e transformadora.

Em suma, a interdisciplinaridade desempenha um papel fundamental na formação cidadã, ao promover uma educação que integra diferentes saberes e práticas, aproxima a teoria da prática e amplia a compreensão dos problemas sociais em uma perspectiva global e local. Ao romper com as fronteiras tradicionais entre disciplinas, a interdisciplinaridade contribui para a formação de cidadãos críticos, autônomos e engajados, capazes de atuar de maneira responsável e consciente na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável (de Sousa & Santos, 2020; Presotto & Dalla Costa, 2023; Zinderski Guirado & Santos Da Silva, 2021; Camas, Lambach & Souza, 2021).

5 CONCLUSÃO

As conclusões de um artigo sobre o papel do currículo escolar e da pedagogia na formação cidadã evidenciam a necessidade de uma abordagem educacional que vá além da simples transmissão de conhecimento técnico. A educação, nesse sentido, deve ser entendida como um processo

profundamente vinculado à formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos, capazes de atuar de maneira ativa e consciente na sociedade. Ao longo deste artigo, foi discutido como o currículo escolar, os conteúdos críticos e participativos, a interdisciplinaridade e o papel do professor se entrelaçam na construção de uma educação que promova a cidadania plena.

O currículo escolar, conforme apontado por diversos autores, é uma ferramenta poderosa para a formação cidadã, desde que estruturado de maneira a promover o desenvolvimento de competências críticas. A simples transmissão de conteúdos, desprovida de contexto social e político, limita a capacidade dos estudantes de se engajarem de forma significativa nas questões que afetam suas vidas e suas comunidades. Ao integrar conteúdos críticos e participativos, o currículo possibilita que os alunos se apropriem do conhecimento de maneira ativa, compreendendo as conexões entre os saberes e suas realidades, e desenvolvendo a capacidade de reflexão e ação sobre o mundo ao seu redor.

Além disso, a interdisciplinaridade emerge como um dos pilares essenciais para uma educação voltada à cidadania. Ao romper com as fronteiras entre as disciplinas, a interdisciplinaridade permite uma compreensão mais ampla e profunda dos problemas sociais, promovendo uma visão integrada da realidade. Essa abordagem é fundamental para a formação de cidadãos capazes de lidar com a complexidade dos desafios contemporâneos, como a desigualdade social, a crise ambiental e as transformações tecnológicas. A capacidade de conectar diferentes áreas do saber, como defendido por autores como de Sousa e Santos (2020), Presotto e Dalla Costa (2023), e Camas, Lambach e Souza (2021), é essencial para que os estudantes desenvolvam uma visão crítica e global, fundamental para a construção de soluções inovadoras e eficazes para os problemas da sociedade.

Outro aspecto central abordado neste artigo é o papel do professor na formação cidadã. O professor é muito mais do que um transmissor de conhecimento; ele é um mediador, um facilitador do processo de aprendizagem e um exemplo de cidadania ativa para os estudantes. Ao integrar conteúdos críticos e temas transversais em sua prática pedagógica, o professor cria um ambiente propício para o desenvolvimento de uma consciência cidadã. Além disso, o professor tem a responsabilidade de promover um ambiente inclusivo e democrático, onde o diálogo, o respeito às diferenças e a participação ativa sejam incentivados. A formação cidadã depende, em grande medida, da capacidade do professor de fomentar essas competências em seus alunos, mostrando, por meio de sua prática diária, como a cidadania pode ser exercida de maneira ética e responsável.

A importância de uma educação que promova a cidadania está diretamente relacionada à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Em um mundo marcado por profundas desigualdades e desafios globais cada vez mais complexos, a educação precisa preparar os indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para o exercício da cidadania. Isso implica uma educação que promova a reflexão crítica sobre as estruturas sociais, políticas e

econômicas, e que estimule os estudantes a se engajarem de forma ativa na busca por soluções para os problemas que afetam suas vidas e suas comunidades.

Ao longo deste artigo, também foi enfatizado que a formação cidadã não é um processo isolado, mas que envolve a colaboração entre diferentes atores e áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade desempenha um papel fundamental nesse sentido, permitindo que os estudantes desenvolvam uma compreensão integrada dos problemas sociais e sejam capazes de atuar sobre eles de maneira eficaz. Da mesma forma, o papel do professor é essencial para garantir que o ambiente escolar seja um espaço de desenvolvimento da cidadania, onde os estudantes possam se apropriar dos conhecimentos de forma crítica e participativa.

Os desafios contemporâneos exigem uma nova abordagem educacional, uma que seja capaz de preparar os estudantes para enfrentar as complexidades do mundo moderno de maneira crítica, criativa e colaborativa. Isso significa que o currículo escolar deve ser constantemente revisado e adaptado, para que ele atenda às demandas sociais e promova a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Uma educação voltada para a cidadania deve ser inclusiva, respeitar a diversidade e estar profundamente conectada com as realidades sociais e políticas dos estudantes.

Finalmente, este artigo aponta para a necessidade urgente de valorizar o papel do professor como um agente transformador na educação. Os professores, quando capacitados e preparados para atuar de maneira interdisciplinar e crítica, têm o poder de transformar não apenas a vida de seus alunos, mas também a sociedade como um todo. Ao promover uma educação cidadã, os professores ajudam a construir uma base sólida para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática, onde todos os indivíduos têm a oportunidade de exercer plenamente sua cidadania e contribuir para o bem-estar coletivo.

Portanto, o papel do currículo, da interdisciplinaridade, dos conteúdos críticos e do professor na formação cidadã é fundamental para a construção de uma educação que vá além dos conteúdos técnicos, promovendo a transformação social e o desenvolvimento de cidadãos conscientes, críticos e participativos. Isso demanda um esforço coletivo e contínuo para garantir que as práticas educacionais estejam alinhadas com os princípios de justiça social, equidade e participação democrática.

REFERÊNCIAS

BITTAR, E.C.B. Educação, Pedagogia Decolonial e Direitos Humanos: Reflexões sobre Utopia e Emancipação em Paulo Freire. Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 9, n. 3, p. 26-50, 2021.

CAMAS, N.P.V.; LAMBACH, M.; SOUZA, F.R.A. Interdisciplinaridade e Alfabetização Científica: Um Ensaio sobre os Dois Lados da Mesma Moeda. Ensino em Re-Vista, v. 28, p. 1-23, e017, 2021.

DE SOUSA, F.G.A.; SANTOS, J.M.C.T. A interdisciplinaridade e a Formação Cidadã em uma Escola Pública de Fortaleza-CE. Ensino em Perspectivas, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2020.

DOS SANTOS, R.M.; JUNIOR, L.M.P.B. Cidadania, Participação e Direitos Humanos: Fundamentos Teóricos, Normativos e Metodológicos de um Projeto Transversal com Vistas à Educação de Qualidade. Direito Público, v. 20, n. 105, p. 176-204, 2023.

DOURADO, D.L.; SANTOS, M.J.A. Currículo e Currículo Integrado: Teorias e Concepções. Revista Inter. Educa, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2023.

FRANCO, S.A.P.; ROCATELI, A.; DOS SANTOS, P.C.G.R.; FERREIRA, D.C.R. R.; DE JESUS SANTOS, A.R. Currículo Escolar: Uma Construção Histórica, Teórica e Ideológica. Argumentos Pró-Educação, v. 5, p. 1-17, 2020.

GALVÃO, M.R.; CASIMIRO, S.A.A. O Papel do Professor na Escola: Educação e Transformação. Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação, v. 1, n. 2, p. 134-148, 2023.

HALASZEN, L.; GOMES, M.D.F.V.B. Tecnologias Geocolaborativas na Educação Geográfica: Uma Busca pela Formação Cidadã. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 12, n. 22, p. 05-20, 2022.

LIMA, M.E.; BRZEZINSKI, I.; MENEZES, A.D.S. Militarizar para Educar? Educar para a Cidadania? Educação & Sociedade, v. 41, p. 1-16, e228256, 2020.

MALANCHEN, J. Currículo Escolar e Pedagogia Histórico-Crítica: Formação Emancipadora e Resistência ao Capital. In: Colloquium Humanarum. Londrina: Colloquium Humanarum, v. 18, n. 1, p. 123-132, set. 2021.

MARTINS, L.M.; PASQUALINI, J.C. O Currículo Escolar sob Enfoque Histórico-Crítico: Aspectos Ontológico, Epistemológico, Ético-Político e Pedagógico. Nuances: Estudos sobre Educação, p. 23-37, 2020.

PRESOTTO, K S.; DALLA COSTA, S.F. A Interdisciplinaridade na Formação de Professores de Matemática do Ensino Médio sob a Luz da BNCC. Contraponto: Discussões Científicas e Pedagógicas em Ciências, Matemática e Educação, v. 4, n. 6, p. 44-65, 2023.

RODRIGUES, V.A.B. Formação Cidadã Decolonial Crítica: Uma Proposta Socialmente Referenciada para a Educação Científica e Tecnológica. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Cientifica e Tecnológica, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis), p. 207, 2022.

SABBI, C.R. Pedagogia Radical e Inclusiva: nas Trilhas de Elementos Educativos para uma Cidadania mais Consciente. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-

Graduação e Pesquisa na Área do Conhecimento das Humanidades, Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul) em *cotutela* com Departamento de Pedagogia, Facultad de Formación de Profesorado y Educación, Universidad Autónoma de Madrid (Madrid), p. 512, 2020.

TORISU, E.M.; FERREIRA, W.M. Temas Transversais na Formação de Professores de Matemática: Uma Ação Formativa. Dialogo, n. 49, p. 1-12, maio. 2022.

VEDANA, G. Contribuições da Pedagogia da Libertação para as Práticas em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Promoção da Autonomia e Cidadania. Monografia (Gradução em Nutrição) , Florianópolis, p. 67, 2021.

ZINDERSKI GUIRADO, V.; SANTOS DA SILVA, F. Educação Interdisciplinar: Algumas Reflexões sobre Emancipação nos Processos de Formação de Professores. Da Investigação às Práticas, v. 11, n. 1, p. 59-79, 2021.